



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACC

UFRJ

MARCELO DE ARAÚJO OLIVEIRA FILHO

REVISÃO DE LITERATURA: ECONOMIA SOLIDÁRIA

Rio de Janeiro – RJ

2018

MARCELO DE ARAÚJO OLIVEIRA FILHO

REVISÃO DE LITERATURA: ECONOMIA SOLIDÁRIA

Monografia apresentada à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ), como requisito parcial à conclusão do curso de graduação em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Henry Dias Rohm

Rio de Janeiro – RJ

2018

MARCELO DE ARAÚJO OLIVEIRA FILHO

REVISÃO DE LITERATURA: ECONOMIA SOLIDÁRIA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ) aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. D.r. RICARDO HENRY DIAS ROHM – UFRJ (Orientador)

Prof.^a D.ra ANA CAROLINA PIMENTEL DUARTE DA FONSECA – UFRJ (Leitora)

Rio de Janeiro, 2018

RESUMO

O objetivo deste estudo é caracterizar a produção científica de artigos empíricos sobre o trabalho no contexto da economia solidária. Para tanto, a partir de revisão da literatura científica dos últimos 15 anos, busca-se evidenciar os aspectos conceituais da economia solidária e debater a fundamentação teórica dos conceitos de economia solidária, autogestão do trabalhador, cultura organizacional, e sentido do trabalho. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Os resultados do estudo identificaram que as percepções dos trabalhadores em empreendimentos de economia solidária acerca de seus locais de trabalho tendem a ser boas, como o clima organizacional e a menor incerteza de demissão. O modo de atuação foi apontado como uma importante medida da satisfação no trabalho. Com base na discussão dos resultados e limitações mencionadas nos estudos, sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas que problematizem a interrelação entre o local de trabalho e o modo de trabalho em locais de economia solidária, de modo a aprofundar a análise dos vínculos afetivos que são construídos em ambientes de configuração social tão distinta, ao mesmo tempo em que se averigüe como estes empreendimentos, em suas características de rede, sustentam o sentido de trabalho para seus membros.

Palavras-chave: economia solidária; liminaridade; autogestão do trabalhador; cultura organizacional; sentido do trabalho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	Objetivos	7
1.1.1	<i>Objetivo geral</i>	8
1.1.2	<i>Objetivos específicos</i>	8
2	METODOLOGIA	9
2.1	Revisão de literatura	9
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA	11
3.1	Conceituando economia solidária	11
3.2	O conceito de liminaridade e sua aplicação à economia solidária	14
3.3	Desafios éticos na gestão solidária	17
4	SENTIDO DO TRABALHO	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

A imprecisão na definição de economia solidária deve-se à multiplicidade de formas de gestão que proporcionam a capacidade de a sociedade se reapossar da economia, por meio dela, subordinando-a à própria sociedade (FARIA, 2005). O termo economia solidária despontou na literatura acadêmica a partir da década de 1990, como tentativa de nomear e demarcar uma síntese dos conceitos quase paradoxais que regem o funcionamento de formas de gestão alicerçadas em economia plural, cujo modelo econômico é fundamentado nos princípios do mercado autorregulado, da redistribuição, e da reciprocidade (FRANÇA FILHO, 2004). Modelos de gestão que funcionam nessa hibridação de economias são observados principalmente em organizações autogestionárias como cooperativas, experiências de empresas recuperadas pelos trabalhadores, além de instituições de financiamento coletivo (FARIA, 2005). Segundo Lisboa (2005), apesar dos seus desafios, a socioeconomia solidária, entendida como um instrumento de profunda transformação do modo de produção capitalista, é parte de um movimento racional cujo foco está em ampliar as possibilidades de evolução e desenvolvimento das manifestações produtivas humanas, que ao integrar suas identidades e expor suas particularidades culturais e artísticas, amplia as possibilidades de emancipação do trabalhador.

Analisando as economias plurais, sobre os indivíduos nelas inseridos Roulleau-Berger (2003) alerta para a contradição de que, ao mesmo tempo em que as identidades individuais deles são incentivadas e a coletiva é construída com base em uma síntese das características dos membros, parece contraditório, contudo, que esses indivíduos vivam em espaços socialmente invisíveis que os exclui do sistema a partir da discriminação de seus modos de atuação. Harvey (2003) afirma que a ortodoxia neoliberal, de grande protagonismo na economia nas últimas décadas, desmonta os territórios dotados de direitos sociais e os reafirma como espaços invisíveis. Sá e Soares (2005) tentam explicar essa incongruência predominante na visibilidade do modelo econômico solidário ao apontarem que essa distorção estrutural das formas organizacionais autogestionárias submetem-na às formas de trabalho alienantes que não se compatibilizam com o seu discurso político-ideológico.

A economia solidária é apresentada como um contraponto às práticas e discursos gerenciais mais comuns, porque cria alternativas afirmadas em modos de funcionamento diferentes, pautados em um exercício dos membros associados de reconhecerem seus potenciais

para atuarem na organização conforme os seus talentos individuais forem úteis. O autoconhecimento dos funcionários de uma economia solidária promove sobretudo a articulação respeitosa entre eles, originando redes de relações que consideram a autonomia de atuação individual e incentivam a construção de uma consciência coletiva que instiga na cultura organizacional a permissão para o estabelecimento de uma identificação coletiva pautada no respeito às diferenças individuais, que exige, contudo, tempo e disposição dos sujeitos (FAVERO; EIDELWEIN, 2004; NARDI; YATES, 2005).

É constante o desafio para a economia solidária se legitimar diante de outras alternativas de produção, sem utilizar formas modernas de controle nas dimensões social, pessoal, política e profissional do seu empregado, incluindo-o antes como participante ativo na proposta de força de trabalho não-alienada, de modo a blindar-se dessa intromissão que não se compatibiliza com suas práticas (SÁ; SOARES, 2005), pois o projeto político-ideológico da Economia Solidária é um que tenta evitar a marginalização dos seus empregados, emancipando-os localmente ante a exploração e exclusão capitalista (SÁ; SOARES, 2005). A institucionalização e proliferação da Economia Solidária implicaria na transformação de uma subjetividade coletiva individualista para uma subjetividade solidária, entendida como uma exclusividade humana, e não uma causa para exclusão (ONUMA; MAFRA; MOREIRA, 2012), de modo que a marginalização atual, que acomete os empreendimentos de economia solidária e seus empregados, se transformaria em um novo padrão de desenvolvimento local e regional que vise a liberdade do empreendimento e do empregado, capaz de elevar a viabilidade econômica do empreendedorismo social por meio de uma estratégia de inclusão de práticas previamente descartadas pela perspectiva da Administração (ROHM; OLIVEIRA, 2017).

Na proposta conceitual multidimensional da economia solidária, o sentido do trabalho se amplia, e com ele, o modo como cada um compreende o poder e o controle nas relações intra-organizacionais vinculadas tanto ao trabalho quanto à identidade organizacional, como à cooperação e competição intra-organizacionais e à diferenciação profissional e ao igualitarismo, entre outros fatores (SÁ; SOARES, 2005). Segundo Singer (2008), a Economia Solidária tenta manter-se em harmonia perante organizações competitivas ao mesmo tempo em que concilia o máximo de respeito à liberdade individual, valorizando as identidades individual e coletiva, desafio contraditório este que, para Singer (2008) e Benini e Benini (2010) as perspectivas emancipatórias deverão considerar, apesar de anteriormente não ser reconhecido pela literatura, sugerindo como a Economia Solidária era mal explorada na administração, sendo colocada à margem seja por conta de preconceitos ideológicos, seja por falta de

fundamentação teórica adaptada à natureza econômica não “formal” dessas organizações. Além disso, segundo Benini e Benini (2010), os empreendimentos solidários reconhecem os limites estruturais do capital, e novas subjetividades construídas desses enfrentamentos dependem de novas condições materiais para se sustentarem. O trabalho emancipado, sendo o oposto do trabalho alienado e/ou estranhado, requer uma forma de autogestão densa tanto na sua forma, como no seu conteúdo e dinâmicas, no qual os seus protagonistas tenham condições plenas de decifrar e intervir na sua própria história (BENINI; BENINI, 2010).

No entanto, no interesse de compreender a dimensão do trabalho no mundo moderno, Cavazotte, Lemos e Viana (2012) pontuam que expectativas ligadas ao trabalho estão mudando, a despeito de mudanças objetivas na esfera produtiva. Nesse estudo, os presentes autores destacam que os jovens priorizam o prazer, a liberdade e o envolvimento social, distanciando-se de alguns desejos e papéis sociais das gerações anteriores. Bispo, Dourado e Amorim (2013) incitam outras pesquisas a questionarem as causas que determinam o trabalho das pessoas nos movimentos sociais das organizações fundamentadas em lógicas diversas às das empresas, após observarem que o trabalho já toma outra conotação, estando intimamente ligado ao prazer, apesar de ainda existir uma continuada resistência ao processo de mercantilização em movimentos sociais, visando a satisfação por meio da inclusão do excluído.

1.1 Objetivos

Da Silva (2013) demonstra que os princípios da Economia Solidária promovem, diferentemente do modo capitalista, a valorização e o bem-estar do ser humano marginalizado, sobre o que Meira (2014) sugere que a atuação da Economia Solidária no limiar do capital é uma característica desta que ilumina o entendimento dos processos sociais contemporâneos de inclusão-exclusão que existem nestas companhias.

Diante das abordagens expostas, o presente estudo tem como objetivo estudar tanto o sentido do trabalho no contexto das organizações com lógicas diversas das empresas, quanto estudar o sentido que o trabalho tem para as gerações atuais, de modo a compreender como elas reavaliam instrumentos e situações anteriormente utilizados para fins emancipatórios. Considera-se que a relevância do presente trabalho está na pesquisa do sentido do trabalho nos empreendimentos de economia solidária. A Economia Solidária será compreendida como um

espaço limiar, por este ser um espaço propício para seus funcionários revisitarem antigas definições (de trabalho), abordando alternativas enxergadas benéficas, novas estruturas e práticas de trabalho, segundo Meira (2014), o que fomenta a mudança e a emancipação do trabalho nos limites do capital, sob condição de a pressão no ambiente externo não ser excessiva. Espera-se aprimorar o entendimento sobre o tema evidenciando suas lacunas em produção científica, tendo em vista novas pesquisas na temática do presente estudo.

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo principal deste estudo é identificar os sentidos que o trabalho tem para os trabalhadores no âmbito da Economia Solidária a partir das conclusões de pesquisas realizadas entre 2003 a 2018 em empreendimentos brasileiros de economia solidária.

1.1.2 Objetivos específicos

A partir da definição do objetivo geral, foram definidos objetivos específicos de investigação:

- a) descrever conceitos de economia solidária;
- b) revisar as definições de trabalho;
- c) discutir a relação entre economia solidária e economia de mercado;
- d) revisar as principais pesquisas sobre sentido do trabalho;
- e) discutir a relação entre os modelos de organização mais predominantes em economia solidária com a abordagem das pesquisas acadêmicas.

2 METODOLOGIA

Quanto ao objetivo, trata-se de uma monografia decorrida de pesquisa bibliográfica, portanto este estudo é classificado como exploratório. Malhortra (2006) afirma que “A pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão, identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes de poder desenvolver uma abordagem.”.

O uso de uma fonte primária direta, por meio da revisão de bibliografia pertinente ao tema da economia solidária e sentido do trabalho, compõe o tratamento metodológico que ocorreu neste trabalho.

Os capítulos seguintes estão estruturados a partir de uma conceituação da economia solidária, em uma tentativa de descrever seus desafios, com cada conceito sendo explicado em cada capítulo. Em seguida, é estudada a conceituação de sentido do trabalho. Por último, nas considerações finais, demonstram-se as relações e interdependências entre os principais conceitos, ou seja, as palavras-chave da pesquisa.

No tópico da economia solidária, houve uma revisão teórica por meio de artigos científicos, livros acadêmicos, teses de doutorado, e entrevistas, onde ocorreu descrição dos modelos de negócio e as práticas de trabalho observadas no cotidiano dos empreendimentos brasileiros que operam com economia solidária.

Em seguida, no objeto de estudo do sentido do trabalho, a revisão da literatura acadêmica ocorreu de modo a verificar o conceito de sentido do trabalho, assim como conclusões a partir da percepção das pessoas quanto ao trabalho em organizações brasileiras que atuam com enfoques sociais.

2.1 Revisão de literatura

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado e é vantajosa para pesquisas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, pois a revisão de literatura permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente. Dessa

forma, os conceitos estudados são interpretados por diferentes pessoas e provocam resultados diferentes em outras definições.

A revisão de literatura consiste em “detectar, consultar e obter a bibliografia e outros materiais que sejam úteis para os propósitos do estudo, de onde se tem que extrair e recompilar a informação relevante e necessária para enquadrar nosso problema de pesquisa.” (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2014, tradução nossa).^[1] Segundo Creswell (2007), bancos de dados disponíveis nas bibliotecas “garantem uma oportunidade para os pesquisadores acessarem centenas de periódicos, trabalhos de conferência e outros materiais rapidamente”. Contudo, esta seleção deve ser seletiva, pois milhares de artigos são publicados em periódicos acadêmicos a cada ano, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2014).

Os temas economia solidária e sentido do trabalho são amplos e discutidos, por exemplo, em fóruns acadêmicos, congressos, instituições governamentais e em publicações. Desse modo, neste presente estudo foram selecionados os conceitos em livros, artigos, dissertações e periódicos, a partir da revisão da literatura científica dos últimos 15 anos. A seleção considerou os níveis A1 ao B5 das publicações publicadas dentre 2003 e 2018 nas bases de dados Periódicos CAPES, Scielo, e Directory of Open Access Journals. O período de coleta bibliográfica ocorreu de março de 2018 até novembro de 2018. Dentre os artigos encontrados a partir da busca, foram considerados aqueles que apresentaram pesquisa em campo em organizações de economia solidária. Também foram considerados os artigos que corresponderam à combinação de todas as palavras-chave adotadas como critério de busca nos periódicos consultados. O presente estudo caracteriza-se assim como uma pesquisa com métodos, quanto aos meios, bibliográficos. No tratamento dos dados, buscou-se debater a fundamentação teórica dos conceitos de economia solidária, autogestão do trabalhador, cultura organizacional, e sentido subjetivo do trabalho, evidenciando abordagens conclusivas para os objetivos atribuídos à pesquisa.

Segundo Gil (2002), os pesquisadores devem se assegurar da qualidade dos dados obtidos em pesquisas bibliográficas, pois incoerências ou contradições são reproduzidas de forma equivocada em fontes secundárias e devem ser evitadas. Por isso, dentre os artigos selecionados, priorizaram-se os periódicos com maior rigor acadêmico, com níveis A1 e A2.

^[1] “La revisión de la literatura implica detectar, consultar y obtener la bibliografía (referencias) y otros materiales que sean útiles para los propósitos del estudio, de donde se tiene que extraer y recopilar la información relevante y necesaria para enmarcar nuestro problema de investigación.”

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 Conceituando economia solidária

Fundado em 1972, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, ou Sebrae, é uma entidade privada sem fins lucrativos que estimula o desenvolvimento de pequenos negócios no Brasil ao capacitar e promover o desenvolvimento de empreendedores no Brasil (SEBRAE, 2018). O Sebrae tem como estratégia fomentar a sustentabilidade dos empreendimentos ao mesmo tempo em que instiga a competitividade no país. Por não ser uma instituição financeira, o Sebrae não empresta dinheiro, e somente articula junto aos bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito o melhor acesso ao crédito pelos empreendedores (SEBRAE, 2018), de modo a impulsionar a estratégia da entidade que está posicionada para o desenvolvimento de empreendimentos coletivos como consórcios de empresas, *holdings*, associações, cooperativas, centrais de negócios, sociedades de propósito específico, sociedades de garantia de crédito, entre outras (CASTRO, 2014). O Sebrae se posiciona como agente de capacitação e como consultor de empresas que funcionam em redes associativas e coletivas (SEBRAE, 2018) e suas atividades descrevem meios pelo qual o empreendedor pode progredir com fórmulas associativas de modelos de gestão caracterizados por participação provisória e flexível. O Sebrae, ao atuar como porta-voz da gestão empreendedora coletiva como alternativa para o desenvolvimento dos negócios brasileiros, tem em vista a evolução da inserção do Brasil no capitalismo com economia globalizada. E se este é um objetivo sobretudo global, o resultado parece criar com mais ênfase um ambiente empresarial nacional com maiores possibilidades para soluções locais, pois está criando negócios empresariais sustentados por valores mais próximos de uma economia solidária, em vez de negócios cujos modos de operação são submetidos à economia mundial.

A Economia Solidária começou a ser debatida com maior frequência por autores brasileiros no início do século XXI, o que permitiu diferenciar com maior clareza iniciativas organizacionais com funcionamento particular pautados economicamente nela – outrora catalogadas ou na gestão pública, ou em formas de empresas no campo de estudo da administração:

Mobilizando diferentes legitimidades no plano da prática associativa, dado o seu nível de interatividade com o ambiente institucional, e

operando distintas lógicas de ação (técnica, social, política, cultural, estética...) na condução da dinâmica organizacional, tais iniciativas encontram sua sobrevivência num nível de tensão entre racionalidades bastante elevado. (FRANÇA FILHO, 2001, p. 268)

No início do século XXI, impulsionou-se no Brasil a aproximação de distintos campos econômicos e sociais a partir dos movimentos culturais, educacionais e sociais pautados no desenvolvimento tendo em vista a cooperação, associativismo e garantia da igualdade em um ambiente plural. Desse modo, foi importante mediar e promover esse processo como em seminários, de acordo com Fleuri (2003). A legitimação da economia solidária ocorreu após interesses individuais e coletivos serem ressignificados, de modo que a construção dos valores de autonomia e da participação consciente fossem progressivamente desenvolvidos nos indivíduos sem o aspecto conservador e de cunho empresarial que é notado na economia capitalista de liberalismo econômico, com a finalidade central de incentivar o lucro (FAVERO; EIDELWEIN, 2004). O corporativismo, os consórcios e os modelos de negócios não mais eram apenas assessorados por instituições como o Sebrae. O associativismo progressivamente internalizado pelos indivíduos sem uma pré-disposição de aplicação competitiva, em um contexto em que seminários e rupturas pelo fim da desigualdade atuavam na manutenção do diálogo, propiciou o impulsionamento de negócios de autogestão, que por mais próximos que fossem dos modelos de gestão anteriores, necessitavam de um entendimento à parte pela comunidade científica, pois o que se observou nos anos seguintes foram negócios empresariais cujo foco não era o acúmulo financeiro ou uma associação por interesses competitivos. Segundo Coutinho et al. (2005), a economia solidária decorre de um conjunto de circunstâncias que pressionam pela busca de saídas para a classe trabalhadora, que atuando em grupo, se encontra como coletivos solidários defrontados pelos limites impostos pelas suas inserções em uma sociedade de mercado que não privilegia valores econômicos colaborativos.

Rohm (2003) destaca que “As empresas preferem manter altos lucros, em vez de não ganhar tanto para favorecer as pessoas, suas famílias e a própria economia local. Sua responsabilidade e preocupação concernem aos acionistas e ao seu faturamento.”

“É como as corporações querem pagar o mínimo de salários, se for possível ir para outro lugar explorar seus recursos e pessoas, pagando um centavo de dólar a menos do que eles pagam atualmente por sua mão de obra, a fábrica opta por mudar de lugar seguindo uma lógica de capital selvagem e parasitária.” (ROHM, 2003, p. 31)

A lógica de funcionamento observada na citação acima não é dominante na gestão pautada na Economia Solidária, pois essa se preocupa com o entorno do seu local de atuação e

recupera fábricas para o bem-estar de seus envolvidos. Reparte-se o lucro entre seus membros, e não para acionistas, caracterizando-se como um modelo mais sustentável, com característica de autogestão, sobre a qual Singer (2008) afirma que os trabalhadores “no princípio estranham, e algumas vezes até reclamam, mas acabam por compreender que essa é uma experiência libertadora (...) mesmo que algumas vezes o empreendimento vá mal”. Para Singer (2008), “é extremamente sedutor para um empresário transformar a sua firma numa pseudocooperativa e praticamente reduzir pela metade o seu gasto com a folha de pagamentos”, de modo a ter o benefício dos dois modos de gestão, esquivando-se das suas obrigações, porém, França Filho e Cunha (2009) destacam que uma cooperativa na lógica da economia solidária precisa ser incubada para servir a diferentes propósitos, que não sejam estes. Além do Sebrae, as universidades brasileiras foram grandes auxiliadoras da incubação das cooperativas, ainda em 1995, sob liderança da Incubadora de Tecnologia em Cooperativa Popular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

Apesar do compromisso social das economias solidárias conseguir ser reconhecido em suas mais diversas formas de atuação, Carrion (2009) sinaliza que isso não permite dizer que palavras como solidariedade, participação e democracia tenham, atualmente, o mesmo sentido daquele que era o seu sentido original, podendo uma economia solidária servir a projetos políticos muito diferentes e, por vezes, até mesmo antagônicos, caso esses valores não sejam perpetuados entre os indivíduos, especialmente os novos. A busca pela definição de Economia Solidária no final da primeira década do século XXI passou a focar no quão forte é a sua permanência em uma interação constante com a economia global, que enfraquece seu propósito. Para Carrion (2009), a Economia Solidária se coopera em rede, mas esta pode ser desfeita se os valores resultarem em um clima de desconfiança, tornando inviável a cooperação. Deve-se instigar os trabalhadores a explorarem suas práticas e métodos de trabalho novos, uma vez que, inseridos na Economia Solidária, é fundamental para a manutenção desta entender como os novos métodos de trabalho modificam o conjunto de crenças, valores e expectativas do trabalhador (PAULA et al., 2011).

A partir da segunda década do século XXI, foram mais presentes os estudos acadêmicos com enfoque na marginalização dos funcionários das próprias Economias Solidárias, de modo a defini-las com maior exatidão. Coelho (2011) foi um dos primeiros autores a analisar a participação dos empregados nos empreendimentos solidários, entendidos como arranjos organizacionais que não só inserem marginalizados na formalidade, mas que também reduzem a desigualdade e resgatam a cidadania, por meio de práticas e formas organizacionais de

produção com base em relações de reciprocidade e igualdade. Segundo o autor, a Economia Solidária sustenta possíveis condições que favorecem transformações, humanização e relativa emancipação, apenas se a participação no trabalho sugerido por ela for plena, isto é, se o trabalho não for alienado e se for dotado pelas características da autogestão, da democracia, da participação, do igualitarismo, da cooperação, da autossustentação, desenvolvimento e responsabilidade social. De acordo com Monje-Reyes (2011), em uma forma de organização que construa esses valores, a descentralização econômica atinge sua máxima expressão, ou seja, a capacidade de desenvolvimento dos atores fortalece-se frente ao Estado centralizador e autocrático. Para os autores, é nesse cenário que a Economia Solidária normalmente atua, e onde menos se priva de sua finalidade associativa.

Em síntese, o conceito da economia solidária, sob a perspectiva recente, ainda é composto de muitas características a se definirem com maior confiança por meio do debate na literatura acadêmica. A revisão a partir do enfoque administrativo tem sido extensiva, e as sugestões recentes neste objeto de estudo têm sido oriundas de estudos de outras áreas do conhecimento. Da Silva (2013) sugere vários projetos de economia solidária a serem aplicados por professores na área da educação, e Meira (2014) instiga novas pesquisas a reavaliarem as definições das atividades, instrumentos, e situações das economias solidárias, a partir de uma revisão deste conceito com o apoio da antropologia. Garante-se com maior segurança, todavia, o que os autores no início do século afirmaram sobre a relevância da presença da economia solidária em países em que os direitos igualitários, sobretudo de renda, não estão bem assegurados pelo trabalhador. Em países com lideranças antiéticas, onde os objetivos finais das organizações são somente lucrativos e egoístas, a despeito do desenvolvimento coletivo sustentável, a economia solidária é uma solução possível para possibilitar a competitividade dos pequenos negócios. A economia solidária sobretudo apresenta fatos históricos que demonstram as causas dos problemas que ela auxilia a contornar. Deve-se atentar, contudo, que a grande maioria dos negócios pautados em economia solidária ainda são restritos à liminaridade, ou seja, existem na marginalização a qual resistem, e em certa medida precisam revogá-la para progredirem financeiramente.

3.2 O conceito de liminaridade e sua aplicação à economia solidária

As diferentes percepções dos autores sobre economia solidária têm caminhado nos últimos anos para um consenso em relação ao papel da autogestão na economia solidária. Entendida como uma das características principais da economia solidária, segundo Onuma, Mafra e Moreira (2012), às vezes a autogestão é entendida como uma aprimoração do sistema vigente, por criar novas possibilidades de organizações, enquanto que às vezes é compreendida como uma contramão da teoria administrativa corrente, por não se encaixar em outras categorias organizacionais no campo de estudo da administração. A autogestão impulsiona pensamentos fora do comum que busquem sustentar o funcionamento dos empreendimentos sob outro modo de operação. Com o foco no papel da autogestão, repensa-se a subjetividade tanto coletiva da organização quanto individual, propondo-se pensar na Economia Solidária como um todo que integre ambos os pontos de observação (ONUMA, MAFRA e MOREIRA, 2012). Desse modo, torna-se imprescindível observar os limites organizacionais e pessoais.

A compreensão da autogestão como possível impulsionadora da economia solidária, ao mesmo tempo em que é tida como um de seus maiores entraves, também é compartilhada por Calbino e De Paula (2012), que afirmam que uma das limitações da economia solidária encontra-se “nos processos de gestão - com a dificuldade de re-significar o conhecimento ou o uso da técnica para o novo contexto autogestionário”. Segundo os autores, com isso, busca-se eficiência reproduzindo-se instrumentos técnicos para coordenar-se (CALBINO; DE PAULA, 2012). Ainda assim, Calbino e De Paula (2012) acreditam que a ressignificação de modelos de gestão adequados ao novo modo de estrutura organizacional (autogestão) deva ocorrer como um dos pontos a serem considerados na constituição dessas organizações que, por meio da educação de seus associados, conseguem formar “líderes libertadores”. Para os autores, precisa-se ultrapassar o imaginário de que o sistema capitalista é dominante, e sugere-se que isso pode ocorrer ao se considerar a estrutura organizacional de redes da economia solidária, por esta apresentar novos limites e campos de atuação diante de um modelo global de funcionamento das organizações que, embora dominante, tem suas margens (CALBINO; DE PAULA, 2012).

Segundo Gaiger (2012), reconhecer as práticas econômicas vincadas em princípios não utilitaristas e virtuosos que regem a economia solidária são decisivos não só para a sobrevivência de inúmeros indivíduos e segmentos sociais, mas para toda a totalidade das existências individual e coletiva que escapam ao sistema social capitalista e de cujas forças à margem dos circuitos políticos podem surgir vertentes de solidarismo econômico. Percebe-se, portanto, a interrelação constante entre os conceitos de economia solidária, liminaridade e individualidade, em criação a um modelo organizacional menos alienante ao trabalhador.

Inspirado por Turner (1969), Meira propõe a interpretação, a partir dos conceitos de liminaridade, *communitas*, e anti-estrutura, de que a menor visibilidade de economias solidárias é consequência direta de sua característica de residir nas liminaridades do capitalismo (MEIRA, 2014). Para o autor, organizações liminares é a proposição que leva em conta essa relativa autonomia que a autogestão concede à economia solidária, ao mesmo tempo em que estas passam a ser compreendidas como corpos sociais permanentes em uma categoria de interstício, em vez de ter uma posição social que parte da invisibilidade para a predominância ou autossuficiência financeira (MEIRA, 2014). Segundo o autor, esta mudança de observação enquadra melhor o fenômeno da economia solidária, por desenvolver o entendimento de suas margens e interstícios em meio a característica dos negócios econômicos (MEIRA, 2014).

De acordo com Meira (2014), as organizações liminares não mais atravessam, e sim, constituem suas atuações na travessia social, uma posição indefinida que permite repensar sua grandeza de definições e contrapontos na literatura acadêmica. Se antes essas organizações tinham uma progressão simbólica dentro do mercado econômico, agora seus limites parecem ser tantos quanto suas definições permitirem. A leitura teórica de Meira instiga novas pesquisas a reavaliarem as definições das atividades, instrumentos, e situações das economias solidárias, além de sugerir o questionamento do impacto do auto reconhecimento das economias solidárias nos seus membros associados. Segundo Meira (2014), as organizações de economia solidária, por viverem na liminaridade, são dotadas de uma maneira especial de sobreviver:

“No início, a experiência de marginalização levou o grupo de trabalhadores a assegurar sua existência à parte da sociedade, como objetos liminares. Eles inventaram estratégias de sobrevivência para manter as coisas acontecendo, lutando para escapar do desemprego ao refazer as instalações abandonadas, enfrentando a escassez com o pequeno dinheiro recebido.” (MEIRA, 2014, p. 726, tradução nossa)^[2]

Segundo Meira (2014), o sacrifício é o símbolo central que move todos a uma condição igualitária na economia solidária, e esta é construída para capturar o processo que surge de grupos liminares que vivem a experiência diária da exclusão inclusiva. Portanto, a liminaridade é um espaço propício para seus funcionários revisitarem antigas definições, abordando alternativas enxergadas benéficas, novas estruturas e práticas de trabalho, fomentando a mudança e a emancipação do trabalhador nos limites do capital, enquanto a pressão do ambiente externo não for excessiva. Costa (2018) corrobora com este entendimento, ao exemplificar

^[2] “In the beginning, the experience of marginalization led the group of workers to assure its existence apart from society, as liminal objects. They invented surviving strategies to keep things going, fighting to escape unemployment by remaking the abandoned facilities, standing up against scarcity with small money received.”

como as incubadoras são potencialmente importantes para o desenvolvimento científico porque a economia solidária na qual elas se pautam é o registro social de uma reconstituição das necessidades concretas de grupos populares movida pela autogestão. Essas organizações de resistência e liminares, à margem do sistema e historicamente classificadas como inadequadas ou irrelevantes para grande parte do discurso administrativo, a partir da autogestão apontam caminhos para a consolidação do engajamento sociotécnico por meio da ressignificação das tecnologias de produção no campo de estudos organizacionais. Ou seja, os empreendimentos em economia solidária revisitam as definições teóricas de trabalho na administração a partir de uma posição antagônica com a autogestão.

A economia solidária questiona o modelo econômico vigente e suas disfunções éticas, notando-se um conseqüente papel ético de seus funcionários como líderes libertadores em uma autogestão liminar.

3.3 Desafios éticos na gestão solidária

“As organizações da economia solidária são espaços onde várias lógicas se confrontam permanentemente, por meio de uma dinâmica geradora de identidade” (ANDION, 2005). Para Asseburg e Gaiger (2007), o valor mais fundamental de economia solidária reside na mudança e no bem que acarretam para seus próprios protagonistas, que segundo Barreto e Paes de Paula:

“Ao conscientizar-se acerca das deformações do capitalismo e concebê-lo enquanto um sistema marcado pela dominação e alienação dos indivíduos, a busca por alternativas passa a ser uma preocupação real. Neste sentido, a Economia Solidária apresenta-se como uma delas, embora, como explicitado ao longo do trabalho, sua vivência ainda encontre dificuldades a serem enfrentadas.” (BARRETO; PAES DE PAULA, 2009, p. 212)

A comunidade acadêmica tem discutido as relações entre a economia solidária e a economia de mercado. Dentre outros motivos, pois verifica-se uma presença expressiva da economia solidária no desempenho empreendedor global. A economia solidária promove a socialização das informações entre os membros e qualifica a força de trabalho, promovendo ações educativas (ASSEBURG; GAIGER, 2007). Com a prioridade em sobrevivência e consolidação do negócio, atrelado a uma lógica irredutível ao utilitarismo, a economia solidária se assenta em princípios éticos no compromisso de suas instituições com um projeto social. (ASSEBURG; GAIGER, 2007). A preocupação ética existe na economia solidária, pois ela

desenvolve seu trabalho para a própria sociedade, em última análise, invertendo a lógica tradicional do investimento direcionado ao mercado (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). Uma organização com base financeira sólida em economia solidária é capaz de estabelecer contratos e acordos com base em princípios, valores e regras que vão muito além dos imperativos de rentabilidade econômica da atividade; são levados em consideração critérios de cidadania em termos de acesso a direitos, redistribuição equitativa dos benefícios, remuneração digna, efeitos ambientais e compromisso com o contexto local de desenvolvimento das atividades, representando as práticas de comércio justo, consumo ético e consciente e educação ambiental. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

A comunidade acadêmica tem um papel importante no compromisso da economia com o contexto local ao desenvolver e pensar novas formas de articulação institucionais envolvendo empreendimentos de economia solidária e instituições públicas governamentais ou não governamentais (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). De acordo com Gattai e Bernardes (2013), a universidade sobretudo contribui ao processo socioeducativo nos movimentos de economia solidária ao participar na criação de políticas públicas, projetos de desenvolvimento desses grupos e na visualização de alternativas de vida para o cidadão e sua percepção como integrante da comunidade.

Políticas públicas governamentais criadas incluem a lei geral do cooperativismo e o lançamento do Programa Economia Solidária e Desenvolvimento pelo governo federal brasileiro no ano de 2003 (NAGEM; SILVA, 2013), além da nova Lei de Cooperativas que, a partir de sua instituição em 2012, aproximou direitos cooperativos de alguns institutos do direito trabalhista. Como num Estado Democrático de Direito a ação política não é espontânea e livre, essa política pública foi importante para atender à pressão popular e garantir direitos à movimentos como a economia solidária, que constrói um círculo virtuoso de educação e fixação de valores éticos na população por meio de cooperativas. (ALCÂNTARA, 2014). As medidas supracitadas de criação de entidades, órgãos e políticas públicas – em apoio à economia solidária em suas diferentes vertentes – se assemelham em parte à estratégia do Sebrae de promover empreendimentos coletivos como cooperativas, por exemplo. Porém, o objetivo do Sebrae não considera a criação de redes de assistência entre os empreendimentos coletivos, sendo reformista em essência; ao desconsiderar a capacidade de se revisar o cooperativismo sob outras lógicas que não sejam aquelas que se reduzem ao utilitarismo econômico, estando sujeita à mais desmandos éticos na ordem de competição entre cooperativas, a estratégia do

Sebrae não promove uma educação ética, comércio justo e consciência ambiental em medida equivalente ao que investir em política pública de economia solidária é capaz de produzir.

As cooperativas que não façam uso do cooperativismo devem ser descartadas, como propõe Rosa Luxemburgo, enquanto que para Paul Singer, que dentre outros esforços auxiliou na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro em 2003, o cooperativismo, em suas variações, é minimamente benéfico no combate à desigualdade diante de outras organizações (MONJE-REYES, 2011). Segundo Monje-Reyes (2011), conceitos de economia solidária, popular, social, do trabalho, são desenvolvimentos epistemológicos que se interconectam e se articulam entre si, elevando a noção de outros valores políticos, ideológicos, éticos e estéticos que são colocados no centro do ser humano, como objetivo de desenvolvimento econômico, social e cultural. Na economia solidária, o trabalho vira força transformadora da realidade, da igualdade, cooperação e solidariedade da sociedade. A cooperação é entendida como a base fundamental da humanidade, sendo um fator de transformação do indivíduo e do coletivo (MONJE-REYES, 2011).

Segundo Lima e Souza (2014), parece ser mais importante investir em pesquisas e frentes que promovam o trabalho, solidariedade social e a economia solidária. Quando se promovem políticas públicas de economia solidária, investe-se em ética nas relações de trabalho e objetiva-se o fim da precarização do trabalho. Uma melhor expressão ética existe na economia solidária a partir da sua característica de liminaridade. Entrevistados que estão em cooperativas de economia solidária desde suas fundações incorporaram suas cooperativas às suas identidades e aos seus projetos de vida, sendo que, para dar prosseguimento a este projeto, participaram e afirmam que continuarão participando de ações políticas frente à sociedade, ou seja, exerceram e terão de continuar exercendo a cidadania. Há evidências de que o personagem cidadão está muito mais presente nas identidades das pessoas que fundaram a cooperativa do que naquelas que se integraram ao grupo há menos de seis meses. Assim, Petersen, Souza e Lopes (2014) concluem que a construção da cidadania, dentro da sociedade como um todo, pressupõe a existência de espaços viabilizadores da construção de vínculos afetivos entre semelhantes, onde as pessoas possam sentir-se, ao mesmo tempo, autoras e protagonistas de sua própria história.

Assim, com o apoio de universidades e do governo, empresas e consumidores têm um papel importante na manutenção do gerenciamento sustentável de toda a cadeia de suprimentos, bem como na expansão e disseminação do comércio justo e trocas solidárias, ao valorizar seus princípios e critérios (BOSSLE et al., 2017). Dessa forma, eleva-se a consciência da sociedade em torno do mercado, que impõe dilemas éticos às redes empreendedoras associativas.

4 SENTIDO DO TRABALHO

No que tange ao sentido do trabalho, deve-se investigar alternativas à construção de uma identidade grupal no empreendimento de Economia Solidária como forma de inclusão social do trabalhador (FERRAZ; CAVEDON, 2008).

A partir do debate sobre se a Economia Solidária é disruptiva ou reformista, no que tange ao sentido subjetivo do trabalho:

“parece também relevante a busca, através de pesquisas qualitativas, de uma melhor compreensão do significado atribuído pelos jovens a um trabalho “com mais desafios”, e do que significa para eles “crescer profissionalmente” numa empresa. A exploração mais aprofundada daquilo que é percebido pelos jovens como sendo suas obrigações para com seus empregadores seria também uma interessante vertente de pesquisa.” (CAVAZOTTE, LEMOS e VIANA, 2012, p. 17)

Considera-se esses estudos publicados para se revisar o modo como os trabalhadores em economia solidária fazem uso das práticas de trabalho nesta seção, destacando como são os sentidos do trabalho para os associados aos empreendimentos de economia solidária. A relevância desse enfoque é também sugerida por Bispo, Dourado e Amorim:

“outras pesquisas sejam realizadas com indivíduos que atuem em organizações fundamentadas em lógicas diversas às das empresas, visando o anunciar de outras possibilidades de trabalho e vida e, principalmente, questionar as causas que determinam o trabalho das pessoas nos movimentos sociais.” (BISPO, DOURADO, AMORIM, 2013, p. 14)

Em entrevista aos funcionários de empreendimentos solidários, Petersen, Souza e Lopes (2014) destacaram em seu estudo como os colegas de trabalho são compreendidos como membros de uma família, e que o trabalho é muito importante, uma vez carregado de emoção e relações sociais importantes. O trabalho transformador de si e do mundo é valorizado pelos funcionários, que afirmam que se deve ter um projeto de vida como indicador importante da própria identidade.

De acordo com Moraes e Castro-Silva (2016), em entrevistas cedidas para sua pesquisa, os indivíduos destacaram o benefício de estarem vivendo em meio à rotina trabalhando com economia solidária. A saúde mental, a autonomia, cidadania, afeto, simplicidade e liberdade é emergente, e o trabalho subvertido à lógica mercantilista que produz competição é desconsiderado. Segundo os autores, os sentidos em relação à economia solidária são positivos,

dentre eles a valorização que eles sentem no emprego atual e a segurança financeira, além da socialização frequente. O trabalho é entendido como um recomeço em vez de uma necessidade (MORAES; CASTRO-SILVA, 2016).

Sobre a socialização no trabalho, Barcellos, Dellagnelo e Salles (2017) destacam que todos os indivíduos considerados integrantes são incluídos na tomada de decisão interna para definir os objetivos do negócio. Cordeiro Neto, Rigo e Cançado (2012) verificam que o exercício da democracia no interior das organizações de economia solidária é observado, conferido pelo fato de que as práticas de participação são numerosas e diversas. Contudo, o debate não é livre de regramentos. Segundo Barcellos, Dellagnelo e Salles (2017), para se opinar igualmente como qualquer outro funcionário, deve-se demonstrar interesse no negócio trabalhando com empenho similar ao dos outros membros. O trabalho é sobretudo percebido como merecedor e o meio pelo qual se possibilita a mudança interna individual e da organização. Caso contrário, na ausência de percepção de igualdade e liberdade na estrutura interna, o trabalho e o debate se dissociam e as decisões internas são tomadas em votações. O trabalho é compreendido como colaborativo e experiência alinhadora das decisões dos membros Barcellos, Dellagnelo e Salles (2017).

Apesar disso, sobre a socialização no trabalho, Denardin et al. (2012) destacam que o desejo por inovação nos projetos é quase unânime na economia solidária e é o que une o grupo, mesmo em momentos de dissonância em que as sugestões dos membros são rejeitadas ou a posição de conduzir situações está alterada. Existe o desejo de persistentemente criar alternativas na percepção dos funcionários em relação aos seus trabalhos.

Sendo assim, conforme observado nas pesquisas acadêmicas, a economia solidária une a comunidade em torno de um trabalho autossustentável, em que as características dele tornam-se frequentemente o modelo de trabalho almejado e a descrição de trabalho. Os empregados inseridos na economia solidária descrevem o sentido do trabalho e a decisão de trabalhar de forma particular e subjetiva, sendo necessário entender como o indivíduo relata seus valores de vida para entender o motivo de ele ser trabalhador. Parece que o trabalho é um ambiente propício para ser alterado por eles e para alterar a realidade econômica em seu redor. Se o que define o imaginário do trabalhador é justamente a sua potencialidade criadora, “então qualquer lógica de pensamento que considere a natureza como dada, ou seja, tendo o homem como um produto da sua realidade, deve ser abandonada” (PAULA et al., 2011). Paula et al. descrevem que os sentidos do trabalho e a complexidade do imaginário indefinido se faz pela tensão entre racionalidade e imaginação, desse modo, a economia solidária tem na imprecisão a sua

potencialidade criadora, uma lógica de pensamento que não considera a natureza como dada, nem o homem como produto da sua realidade (PAULA et al., 2011). Logo, os princípios da atuação e o sentido do trabalho são diferentes para pessoas que ativamente revisitam sua identidade na economia solidária.

Com essas informações das pesquisas sobre os funcionários de economia solidária, as características dos seus locais de trabalho, e o entendimento que eles têm sobre seus propósitos, facilita-se o entendimento de como ocorre a condição de livre agente dos indivíduos dependentes de programas sociais que trabalham nos empreendimentos de Economia Solidária, de modo a mapear o impacto de políticas públicas destinadas ao fortalecimento do Desenvolvimento como Liberdade nas redes de Economia Solidária (ROHM; OLIVEIRA, 2017; BOSSLE et al., 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo principal de identificar os sentidos que o trabalho tem para os trabalhadores no âmbito da Economia Solidária, os resultados do presente estudo identificaram que o trabalho tende a ter um caráter libertador, caracterizado por boas consequências na saúde mental, autonomia, e cidadania do indivíduo, a despeito de sua posição em uma organização que reside nas liminaridades do capitalismo. São menores a chance de demissão percebida e a alienação oriunda do trabalho. A legitimação da economia solidária ocorre com a ressignificação observada dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores em um contexto de penosidade, o que gera um estranhamento inicial no qual símbolos organizacionais são revisados. Novas subjetividades são construídas no limite do capital.

Os sentidos do trabalho na economia solidária tendem a ser reformistas e disruptivos segundo a leitura da comunidade acadêmica, devido à natureza dos empreendimentos solidários, que diante da economia de mercado atuam em contraponto, a partir de uma categoria organizacional limiar. A abordagem recente das pesquisas acadêmicas brasileiras enfoca nas experiências em curso no território nacional e debate definições de economia solidária por meio de áreas do conhecimento que não sejam necessariamente a Administração ou a Gestão Pública.

A aplicabilidade da economia solidária nos próximos anos depende do esforço conjunto das esferas governamentais em elevar a viabilidade econômica do empreendedorismo social, visto que a implantação da economia solidária tende a depender de um plano de incubação que é facilitado por políticas públicas. Considerando-se que a Secretaria Nacional de Economia Solidária, referência para pequenos empreendedores associativos, foi extinta em reforma ministerial após o vice-presidente da República Michel Temer apossar a direção do poder Executivo em 2016, cedeu-se a referência de instrução para secretarias municipais e estaduais de economia solidária, além de entidades que não promovem diretamente a economia solidária, como o Sebrae, mas que ainda assim desenvolvem empreendimentos associativos em consultoria.

As principais limitações do estudo são:

- a) o critério de seleção de artigos para a revisão bibliográfica, que foi limitado ao tempo estipulado dentre março de 2018 até novembro de 2018;
- b) o critério para seleção de artigos a partir das palavras-chave;

c) a metodologia não faz uso de métodos qualitativos, quantitativos ou mistos.

Sugestões para novas pesquisas a partir do que não foi explorado durante o desenvolvimento da monografia incluem pesquisas que por meio de métodos qualitativos e quantitativos, corroborem as informações da revisão bibliográfica com questionários ou entrevistas em empreendimentos de Economia Solidária brasileiros, de modo a se averiguar o sentido do trabalho para seus funcionários. Também são sugeridas pesquisas que considerem o impacto das telecomunicações no ambiente de trabalho, pois há efeitos em curso sobre o trabalho em si.

Espera-se que esta pesquisa avance a compreensão do tema Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. **Interações: revista internacional de desenvolvimento local**. Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 135-145, jan./jun. 2014.
- ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 9, n. 1, p. 79-101, mar. 2005.
- ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. A Economia Solidária diante das Desigualdades. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.
- BARCELLOS, R. de M. R. de B.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K. de. Reposicionando conceitos: a organização fora dos eixos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 10-21, fev. 2017.
- BARRETO, R. D. O.; PAES DE PAULA, A. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 199-213, jun. 2009.
- BENINI, É. A.; BENINI, E. G. As Contradições do Processo de Autogestão no Capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 55, p. 605-619, out./dez. 2010.
- BISPO, D. de A.; DOURADO, D. C. P.; AMORIM, M. F. da C. L. Possibilidades de dar sentido ao trabalho além do difundido pela lógica do mainstream: um estudo com indivíduos que atuam no âmbito do movimento *hip hop*. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 67, p. 717-731, nov./dez. 2013.
- BOSSLE, M. B. et al. Fair trade in Brazil: current status, constraints and opportunities. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 24, n. 83, p. 655-673, out./dez. 2017.
- CALBINO, D.; DE PAULA, A. P. P. Herbert Marcuse, Paulo Freire e a economia solidária como alternativa emancipatória. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 425-447, out. 2011.
- CAVAZOTTE, F. de S. C. N.; LEMOS, A. H. da C.; VIANA, M. D. de A. Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais? **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 175-180, mar. 2012.
- CARRION, R. M. Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil). **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 547-557, dez. 2009.
- CASTRO, L. H. de. Consórcio de empresas. **Série Empreendimentos Coletivos**. Brasília: Sebrae, 2014.
- COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 721-749, maio/jun. 2011.
- CORDEIRO NETO, J. R.; RIGO, A. S.; CANÇADO, A. C. Economia Solidária no Vale do São Francisco: a Relação entre Empreendimentos Solidários e Poder Local na Perspectiva do Desenvolvimento Endógeno. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 4, n. 4, p. 420-447, out./dez. 2012.
- COSTA, P. de A et al. Provocações epistemológicas, teóricas e metodológicas a partir de experiências empíricas de organizações alternativas e contra hegemônicas. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 5, n. 13, ago. 2018.

- COUTINHO, M. C. et al. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 7-13, abr. 2005.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DA SILVA, A. Educadores De Jovens Trabalhadores Que Estudam: aprendendo a ensinar. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 21, n. 30, p. 01-23, 2013.
- DENARDIN, É. S. et al. Os tipos de inovações implementadas nos empreendimentos de economia solidária do projeto esperança/cooesperança de Santa Maria - RS. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 5, n. especial, p. 651-666, dez. 2012.
- FARIA, M. S. de. **AUTOGESTÃO, COOPERATIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA: avatares do trabalho e do capital**. 2005. 411 f. Tese (Doutoramento em Sociologia Política) – UFSC, Florianópolis.
- FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 35-40, set./dec. 2004.
- FERRAZ, D. L. da S.; CAVEDON, N. R. A exclusão e a inclusão social: depoimento das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 01-18, dez. 2008.
- FLEURI, R. M. Educação intercultural, gênero e movimentos sociais no Brasil. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 19, n. especial, p. 121-136, 2003.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 01-18, mar. 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, jun./dez. 2001.
- FRANÇA FILHO, G. C. de; CUNHA, E. V. da. Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 51, p. 725-747, out./dez. 2009.
- GAIGER, L. I. G. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 313-335, ago. 2012.
- GATTAI, S; BERNARDES, M. A. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 50-81, nov./dez. 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.
- LIMA, J. C.; SOUZA, A. R. de. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 93, p. 139-168, dez. 2014.
- LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, jul./set. 2005.
- MALHORTA, N. K. Concepção de Pesquisa. In: _____. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. cap.3.
- MEIRA, F. B. Liminal organization: Organizational emergence within solidary economy in Brazil. **Organization**, v. 21, n. 5, p. 713-729, 2014.
- MONJE-REYES, P. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 704-723, set. 2011.

- MORAES, R. C. P. de; CASTRO-SILVA, C. R. de. Sentidos e Processos Psicossociais envolvidos na Inclusão pelo Trabalho na Saúde Mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 748-762, set. 2016.
- NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.
- NARDI, H. C.; YATES, D. B. Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e à economia solidária. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 10, n. 1, p. 95-103, jan./abr. 2005.
- ONUMA, F. M. S.; MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.
- PAULA, A. P. P. de et al. A Economia Solidária e a Questão do Imaginário: em busca de novas perspectivas. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 18, n. 57, p. 323-333, abr./jun. 2011.
- PETERSEN, F.; SOUZA, T. G. de; LOPES, A. de A. Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 483-495, ago. 2014.
- ROHM, R. H. D. **A produção de subjetividades em organizações contemporâneas: práticas discursivas e políticas da empregabilidade**. 2003. 144 f. Tese (Doutoramento em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- ROHM, R. H. D.; OLIVEIRA, C. M. de. Economia Solidária e empreendedorismo social. In: Adriano Belisário. (Org.). **Economias Subversivas**. Rio de Janeiro: I-Motirô, 2017. p.132-149.
- ROULLEAU-BERGER, L. La production d'espaces intermédiaires, **Hermès**, v. 36, n. 2, p. 147-156, 2003.
- SÁ, M. G. de; SOARES, G. J. de V. Reflexões sobre poder e controle nas organizações da economia solidária (OES): um olhar à luz dos bichos de Orwell. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 01-13, jul. 2005.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. 5. ed. México: McGraw-Hill, 2014.
- SEBRAE. O que fazemos?. **Sebrae.com.br**, 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em: 12 set. 2018.
- SINGER, P. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, abr. 2008. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira em São Paulo, 23.set.2007.
- TURNER, V. W. **The Ritual Process**. Ithaca: Cornell University Press, 1969.